



## FÓRUM MINEIRO DE SAÚDE MENTAL

CNPJ: 00.077.375/0001-50.

e-mail: forummineirodesaudemental2@gmail.com

### **NOTA DE POSICIONAMENTO DO FÓRUM MINEIRO DE SAÚDE MENTAL E ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS E FAMILIARES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL DE MINAS GERAIS QUANTO AO FECHAMENTO DOS LEITOS PSIQUIÁTRICOS DO HOSPITAL GALBA VELLOSO (HGV) E AO POSSÍVEL FECHAMENTO DO AMBULATÓRIO PSIQUIÁTRICO DO CENTRO HOSPITALAR PSIQUIÁTRICO DE BARBACENA /MG (CHPB)**

A história da psiquiatria no Brasil nos revela que, em seus cerca de 180 anos de existência, a política de saúde mental no País esteve centrada na lógica da segregação de pessoas por meio das internações em hospitais psiquiátricos. Há mais de 30 anos a Luta Antimanicomial, movimento social composto por profissionais de saúde mental, usuários e familiares, vem questionando ativamente tal lógica, pela busca permanente do diálogo com os poderes executivo, legislativo e judiciário do País. Este prolongado esforço obteve o envolvimento do Estado brasileiro na construção de uma política pública nacional conhecida como Reforma Psiquiátrica, sustentada na constituição Federal e em leis nacionais – lei federal nº8080 de 19/09/90, lei federal 10216 de 06/04/2001 e, em Minas, da lei estadual 11802 de 18/01/1995.

Acompanhamos de perto a formulação e a execução da Reforma, zelando para que os governos Federal, Estaduais e Municipais implementem e consolidem uma rede assistencial substitutiva aos hospitais psiquiátricos, uma rede diversificada, intersetorial, que atenda as pessoas em sofrimento mental e/ ou em uso prejudicial de álcool e outras drogas e seus familiares nos diferentes momentos de sua trajetória, garantindo seus direitos humanos e sua cidadania. Sendo assim, é lamentável constatar a oposição surgida por parte de entidades psiquiátricas, quando o governo do Estado de Minas Gerais toma uma atitude correta do ponto de vista assistencial, epidemiológico e político, qual seja, o fechamento dos leitos do Hospital Galba Velloso, e a proposta de fechar igualmente o ambulatório psiquiátrico do Centro Psiquiátrico Hospitalar de Barbacena. Ambulatório que reforça um modelo antigo dos anos 80, sem nenhuma resolubilidade, com marcação de consultas sem qualquer consideração pela demanda específica do usuário, com geração de filas intermináveis nos serviços com listas de espera e predominância do discurso médico. Esse modelo não demonstrou impacto efetivo na

saúde mental da população, pois não permite o vínculo do usuário no seu território com a sua equipe de saúde das Unidades Básicas ao qual os usuários são vinculados.

Apesar de atitudes equivocadas já tomadas por este governo no campo da saúde, neste caso é preciso reconhecer que esta atitude é baseada em dados fornecidos pelos próprios hospitais, e segue as diretrizes da Reforma, sem causar prejuízo à oferta de cuidados adequados aos usuários dos serviços de saúde mental, e sim, pelo contrário, extinguindo serviços psiquiátricos que promovem a exclusão social destes usuários pela abordagem estritamente medicalizante e carcerária do sofrimento mental. A esta razão fundamental, crescem-se outras, também importantes: o difícil momento econômico atravessado pelo País e pelo Estado, e os múltiplos problemas decorrentes da atual pandemia.

Diante disso, cumpre destacar algumas indagações. Por que a corporação médica e, em especial, boa parte da psiquiatria, saem tão exaltadamente em defesa da manutenção de serviços que não beneficiam a população que necessita de cuidados em saúde mental? Por que não defendem - como jamais defenderam, aliás! - A ampliação de serviços de saúde mental nos territórios de base comunitária e de cuidados diários, próximos das residências dos usuários e familiares, conforme preconiza a Organização Mundial de Saúde? Por que não defendem a oferta de maiores recursos para as redes de atenção psicossocial e seus serviços abertos, junto às três esferas governamentais? Por que têm por objetivo aumentar as internações em hospitais psiquiátricos?

A história registrada e documentada produziu milhares de pessoas que viveram e ainda vivem encarceradas nos hospitais psiquiátricos tendo anos e anos de suas vidas perdidas dentro dessas instituições se objetivando e perdendo sua humanidade e dignidade humana. Longe de se colocarem ao lado destas pessoas e de se preocuparem com sua grave situação, as corporações médica e psiquiátrica insistem teimosamente na preservação do HGV e do ambulatório do CHPB, sem oferecer nenhum subsídio argumentativo consistente para tal; desconsideram dados epidemiológicos e demográficos que mostram a prescindibilidade destes serviços, menosprezam a perspectiva cidadã da Reforma, desconhecem a valiosa qualidade do cuidado prestado segundo a lógica da atenção psicossocial. Diante da ausência de razões que levem em conta o bem estar da população e das pessoas em sofrimento mental, torna-se inevitável inferir que apenas interesses corporativos dão origem a esta cega e irracional obstinação.

O Fórum Mineiro de Saúde Mental e Associação dos Usuários e Familiares dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais continuam em sua luta pela defesa da democracia, na busca de um País mais justo e solidário. Não admitiremos as propostas nefastas que engendram o retorno de uma política de isolamento e asilamento de milhares de pessoa, que em sua maioria,

apresenta fragilidades sociais decorrentes da desigualdade aniquiladora arraigada em nosso País. Reafirmamos a necessidade de um Sistema Público de Saúde e de Saúde Mental; o direito dos usuários aos cuidados preconizados pela lógica do convívio, da inclusão, da liberdade, do vínculo e do território; a importância da presença e participação ativa dos usuários na Rede de Serviços, na produção do próprio cuidado em saúde mental e no ativismo junto aos serviços e aos dispositivos de controle social. Não ao corporativismo! Pelo tratamento em liberdade!

Por Uma Sociedade Sem Manicômios!

Nenhum Passo Atrás, manicômios nunca mais!

Saúde não se vende, loucura não se prende!

Belo Horizonte, 26 de Agosto de 2020

**ASSINAM:**

**FÓRUM MINEIRO DE SAÚDE MENTAL - FMSM**

**ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL DE MINAS GERAIS - ASUSSAM**

**FRENTE MINEIRA DROGAS E DIREITOS HUMANOS - FMDDH**

**REDE NACIONAL INTERNÚCLEOS DA LUTA ANTIMANICOMIAL – RENILA**

**INSTITUTO DE DIREITOS HUMANOS: PESQUISA, PROMOÇÃO E INTERVENÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**COMISSÃO ESTADUAL DE REFORMA PSIQUIÁTRICA – CMRP**

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS – CESMG**

**CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – CRP/MG**